ResearchGate

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: https://www.researchgate.net/publication/266607835

A Economia Brasileira no Capitalismo Neoliberal: Progresso Técnico, Distribuição de Renda e Mudança Institucional

Article · June 2003

CITATIONS
14

READS
266

1 author:

Adalmir Antonio Marquetti
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
73 PUBLICATIONS **561** CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:

Joint production of GDP and CO2 View project

All content following this page was uploaded by Adalmir Antonio Marquetti on 29 July 2015.

The user has requested enhancement of the downloaded file.

A Economia Brasileira no Capitalismo Neoliberal: Progresso Técnico, Distribuição de Renda e Mudança Institucional

Adalmir A. Marquetti
Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Av. Ipiranga 6681, Porto Alegre, RS, 90910-000, Brasil (aam@pucrs.br)

Resumo

O presente artigo discute o progresso técnico, a distribuição de renda e as mudanças institucionais no Brasil durante o Capitalismo Neoliberal. Este é entendido como a fase atual de desenvolvimento capitalista, iniciada em 1980 nos países desenvolvidos, em especial, nos Estados Unidos. O Brasil sofreu os efeitos do Capitalismo Neoliberal em 1980 quando da adoção deste modelo nos países desenvolvidos e, nos anos 90, quando o próprio país adotou este modelo. Apesar das diferenças no padrão de progresso técnico e da evolução lucratividade, houve nos dois momentos um aumento da vulnerabilidade externa e da transferência de recursos com efeitos restritivos sobre a taxa de acumulação de capital e o crescimento.

Palavras Chave: Brasil, Neoliberalismo, progresso técnico, acumulação de capital

Abstract

This article analyzes technical change, income distribution and institutional change in Brazil during Neoliberal Capitalism. This is understood as a phase of capitalist development started in 1980 in the advanced industrial countries, particularly, in the US. Brazil experienced the first negative impact of Neoliberal Capitalism in 1980, when this model was adopted in the developed countries. Its second negative impact happened in the 1990's, when Brazil also embraced this model. Despite the differences in relation to the pattern of technical change and in the evolution of profitability, in both moments there was an increase of external vulnerability and the transfer of resources with restrictive effects over capital accumulation and growth.

Key words: Brazil, Neoliberalism, technical change, capital accumulation

JEL classification: O11, O33, O54

1. Introdução

O Brasil encontra-se entre os países não envolvidos em conflitos armados que apresentam as menores taxas de crescimento do produto interno bruto no capitalismo neoliberal. Este é entendido como a fase de desenvolvimento capitalista iniciada no princípio da década de 80 nos países capitalistas avançados, em especial, nos Estados Unidos (Duménil e Lévy, 2003).

O crescimento econômico brasileiro foi reduzido tanto na década de 80, conhecida como a década perdida, como na de 90. Este resultado chama a atenção, pois nos anos 90 ocorreram importantes modificações no padrão tecnológico e na distribuição de renda, bem como verificou-se a tentativa de organizar um nova estrutura institucional baseada em elementos sugeridos pela doutrina neoliberal. A estrutura institucional consolidada no período pós Segunda Guerra Mundial foi alterada, com o abandono dos principais elementos institucionais constitutivos do processo de substituição de importações.

A adoção de uma estrutura institucional de cunho neoliberal, segundo seus proponentes, ocasionaria uma nova fase de crescimento sustentada para a economia brasileira. Muitas das mudanças institucionais adotadas no país na década de 90 foram baseadas no chamado Consenso de Washington. Estas estão associadas à redução do papel do estado na economia, flexibilização dos mercados, liberalização, privatização e integração internacional. Alegadamente, ao adotar este conjunto de reformas, a economia brasileira passaria a participar do processo de globalização, recebendo um fluxo de recursos internacionais capazes de elevar a taxa de poupança e, por conseguinte, os investimento. Estes iriam promover a modernização tecnológica, fazendo com que o país passasse a usufruir dos ganhos associados à chamada Nova Economia. Ao mesmo tempo, as empresas brasileiras, forçadas pelo processo de competição, também iriam modernizar-se, aumentando sua eficiência produtiva.

Deve-se ressaltar que a proposta de organizar uma estrutura institucional neoliberal reflete o movimento ocorrido nos países desenvolvidos, principalmente, nos Estados Unidos e Inglaterra. A crise da Idade de Ouro nestes países, com forte redução da taxa de lucro e do crescimento econômico, provocou a reação dos setores capitalistas e mudanças

que alteraram o quadro político, levando à vitória eleitoral nos países citados de, respectivamente, Ronald Reagan em 1980 e Margaret Thatcher em 1979.

Estas forças realizaram mudanças institucionais conservadoras que em muito favoreceram ao capital, em particular, o capital financeiro. A medida em que estas mudanças se solidificavam, os setores sociais por elas beneficiados tornaram-se hegemônicos, consolidando os elementos básicos de uma nova estrutura institucional nos países capitalistas avançados. Neste mesmo período, estavam ocorrendo transformações profundas no padrão tecnológico que levaram ao surgimento da chamada Nova Economia. Oferecendo grandes possibilidades de elevação da produtividade do trabalho, num mercado crescentemente livre de regulamentação, esta contribuiu para o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora. O resultado foi a retomada do crescimento da taxa de lucro nos anos 80. A associação entre as mudanças do padrão tecnológico e as estruturas institucionais resultou na configuração do Capitalismo Neoliberal.

O objetivo central deste artigo é discutir o desempenho econômico do Brasil no Capitalismo Neoliberal. Contudo, para tal é necessário entender os elementos básicos que configuraram a crise da Idade de Ouro a partir de 1973 e a resposta a esta crise nos países desenvolvidos e no Brasil. Importantes mudanças no padrão de progresso técnico, na distribuição da renda e das instituições ocorreram a partir de então. No entendimento destas, está a chave para a compreensão do reduzido crescimento econômico do Brasil desde 1980.

O artigo está organizado como segue. A seção 2 apresenta indicadores para os Estados Unidos que colaboram com a concepção de uma nova fase de desenvolvimento capitalista iniciada na virada dos anos 80. A seção 3 compara o crescimento econômico do Brasil com países selecionados no período de ouro do desenvolvimento capitalista com o capitalismo neoliberal. A seção 4 discute o progresso técnico, enquanto a seção 5 analisa a evolução da lucratividade e da distribuição funcional da renda no período 1955-2000. A seção 6 discute a acumulação de capital e as mudanças institucionais no país no capitalismo neoliberal. Por fim, a seção 7 conclui o trabalho discutindo os efeitos do capitalismo neoliberal sobre o crescimento da economia brasileira.

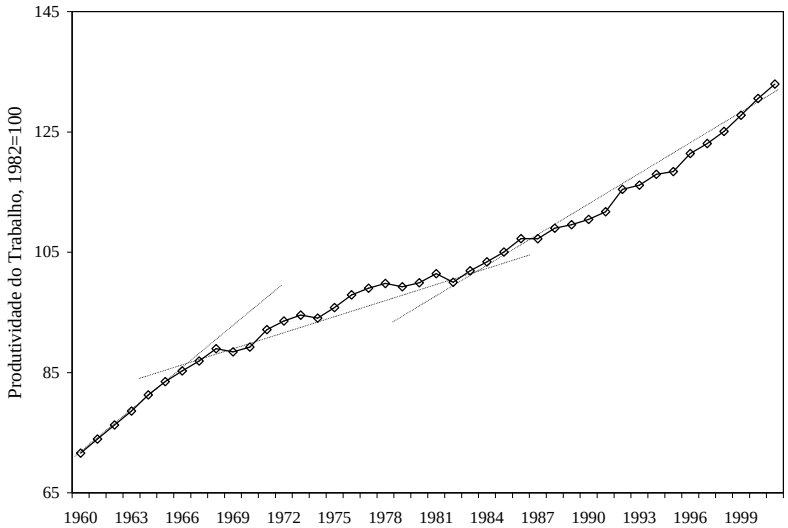
2. Uma nova fase de desenvolvimento capitalista

O ano 1973 marcou o fim da chamada Idade de Ouro do desenvolvimento econômico capitalista iniciado nos anos 40, após o término da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, no segundo lustro dos anos 60 já havia indicadores de que uma importante mudança estrutural estava ocorrendo nas economias capitalistas avançadas. Era possível antever que a economia capitalista iria passar por mais uma crise estrutural (Mandel, 1973).

Essa crise estrutural pode ser observada por vários ângulos. Em particular, ela se torna evidente quando se analisam os indicadores de progresso técnico, lucratividade e crescimento nos Estados Unidos no período 1960-2001. Na medida em que os Estados Unidos é o país capitalista hegemônico e líder em desenvolvimento tecnológico, as mudanças tecnológicas lá ocorrem inicialmente, difundindo-se para os demais com um atraso temporal.

A Figura 1 mostra a evolução da produtividade do trabalho nos Estados Unidos no período 1960-2001, evidenciando três fases de dinamismo. A primeira deu-se entre 1960 e 1966, a segunda, entre 1966 e 1982, quando ocorreu uma queda da taxa de crescimento e a terceira aconteceu entre 1982 e 2001, quando houve uma expansão da taxa de crescimento da produtividade do trabalho.

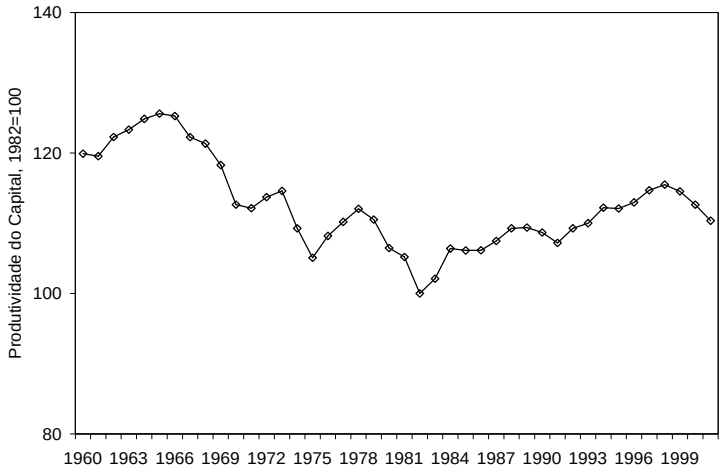
Figura 1: Há três fases de dinamismo na produtividade do trabalho nos Estados Unidos no período 1960-2000, (Fonte dos Dados: OCDE, 2002).



A produtividade do capital, apresentada na Figura 2, possui um comportamento semelhante ao da produtividade do trabalho, expandiu-se até 1966, declinou até 1982, quando voltou a aumentar. Assim, uma nova fase no padrão de progresso técnico é observada a partir de 1982.

O dinamismo do progresso técnico está ligado à chamada Nova Economia. Esta representa um conjunto de inovações técnicas associadas as transformações no setor de comunicações e informação. Ao termo Nova Economia também se costumam associar uma série de mudanças institucionais, entre as quais estão globalização, financeirização, mercados flexibilizados, desregulamentação, fim do Estado de bem estar social, desgaste dos Estado-nação, etc (Duménil et al, 2000). A combinação das mudanças da estrutura institucional, do padrão tecnológico e da distribuição de renda configuram o Capitalismo Neoliberal.

Figura 2: Há três fases no dinamismo da produtividade do capital nos Estados Unidos no período 1960-2001, (Fonte dos Dados: OCDE, 2002).



A nova fase também se reflete na retomada do crescimento da taxa bruta de lucro. A Figura 3 mostra que houve um aumento nesta variável na economia norte-americana a partir de 1982. Contudo, a taxa bruta de lucro na década de 90 está abaixo da vigente nos anos 60, situando-se em patamar semelhante ao da segunda metade da década de 70.

Por sua vez, a taxa de acumulação de capital, como se observa na Figura 4, declinou até o final da década de 80, apresentando uma retomada nos anos 90. Na segunda metade da década de 90, a taxa de acumulação era similar à observada no segundo lustro dos anos

70. A taxa de acumulação do capital é a medida adequada de crescimento econômico, pois reflete a velocidade com que o estoque de construções, máquinas e equipamentos de um país se expande. Portanto, dada a disponibilidade de mão-de-obra, ela mede a velocidade com que a capacidade de produzir riquezas de um país está crescendo.

Figura 3: A taxa bruta de lucro nos Estados Unidos declinou da segunda metade dos anos 60 até 1982, quando passou a aumentar, (Fonte dos Dados: OCDE, 2002).

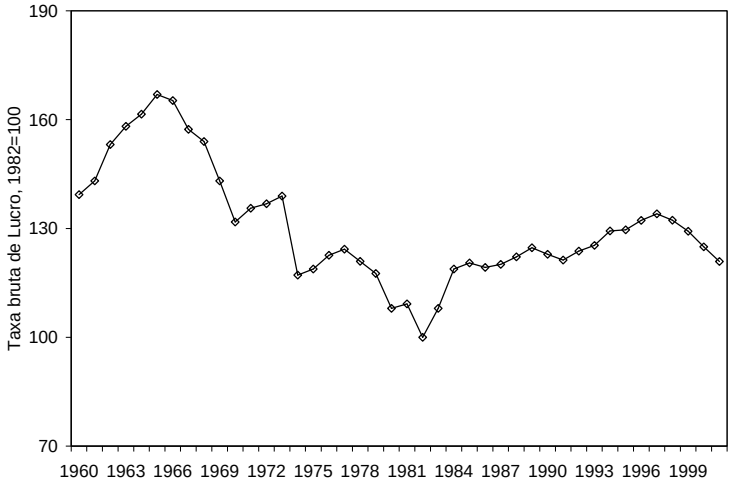
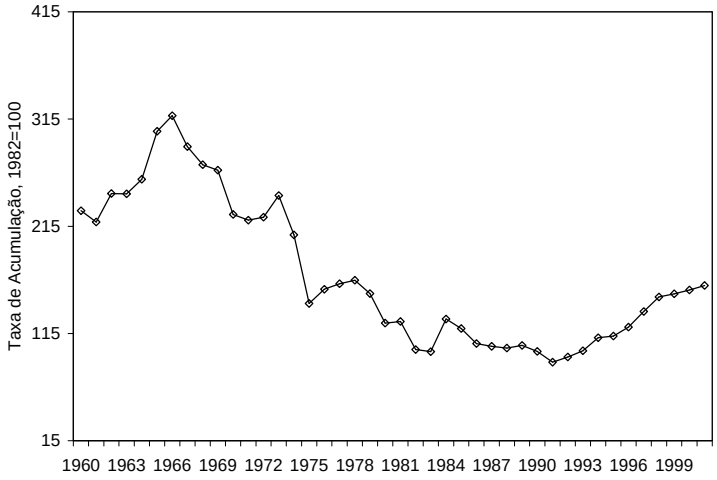


Figura 4: A taxa de acumulação nos Estados Unidos declinou até o final dos anos 80, iniciando um movimento de retomada do crescimento nos anos de 90, (Fonte dos Dados Brutos: OECD, 2002).



A observação dos indicadores de progresso técnico, lucratividade e crescimento nos Estados Unidos no período 1960-2001 indica que uma nova fase de dinamismo técnico

iniciou-se na virada dos anos 80. Por sua vez, a acumulação do capital somente é afetada positivamente por este novo dinamismo nos anos 90. A razão para isto é que a taxa de acumulação depende da taxa de lucro e da taxa de investimento. Nos anos 80, a taxa de investimento permaneceu relativamente baixa nos Estados Unidos.

3. O crescimento econômico no Brasil e países selecionados na Idade de Ouro e no capitalismo neoliberal

A economia brasileira está entre as não envolvidas em conflitos que tiveram a maior queda no crescimento econômico quando comparados os períodos 1950-1973 e 1980-2000. Como pode ser observado na Tabela 1, enquanto na Idade de Ouro o PIB brasileiro cresceu a taxa média anual de 6,5%, no período do capitalismo neoliberal cresceu somente a 2,0%. Dos países selecionados, somente o Japão possui uma redução no crescimento maior do que a do Brasil.

Tabela 1: Taxa média anual de crescimento do produto interno bruto para o Brasil e países selecionados, 1950-2000

Países	1950-1973	1973-1980	1980-2000
Brasil	6.5	6.6	2.0
Japão	8.9	3.3	2.7
Alemanha	5.7	2.2	2.1
EUA	3.9	2.6	3.2
Coréia do Sul	7.8	6.9	8.1
Singapura	7.6	7.3	8.0
Hong Kong	7.8	8.2	5.9
Taiwan	9.4	7.1	7.1
China	4.9	5.0	7.7
Argentina	3.7	2.1	1.6
México	6.2	6.2	2.6

Fonte dos Dados: Groningen Growth and Development Center (2003).

Assim, de pertencente ao grupo de países com elevadas taxas de crescimento na Idade de Ouro, o Brasil passou a integrar o grupo de países que apresentam reduzidas taxas de crescimento no capitalismo neoliberal. Apesar da manutenção da taxa de expansão do PIB durante a crise da Idade de Ouro entre 1973 e 1982, as medidas de política econômica

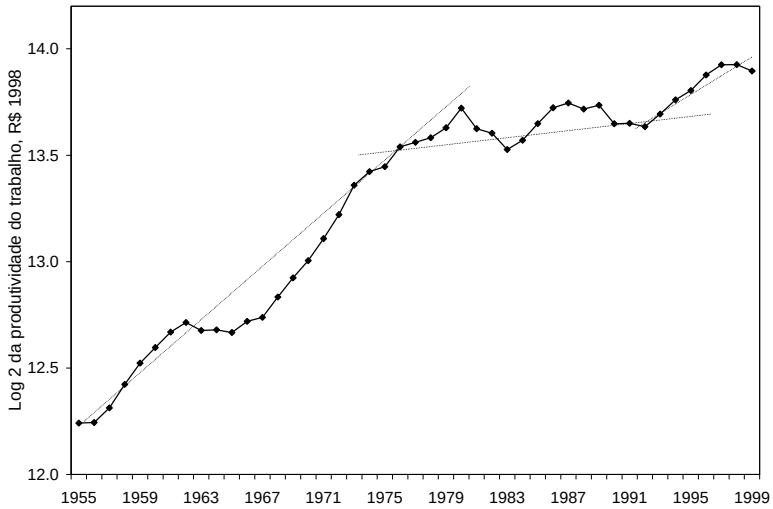
afetaram de forma muito negativa as perspectivas de crescimento da economia brasileira nos anos 80.

4. Progresso técnico, Nova Economia e mudança institucional

Enquanto país de industrialização tardia, o Brasil ocupa um papel subordinado na economia capitalista mundial, em particular no que se refere à mudança tecnológica. Estas são geradas no países capitalistas desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos. O Brasil reproduz, com um atraso temporal, os movimentos das mudanças técnicas observadas nestes países.

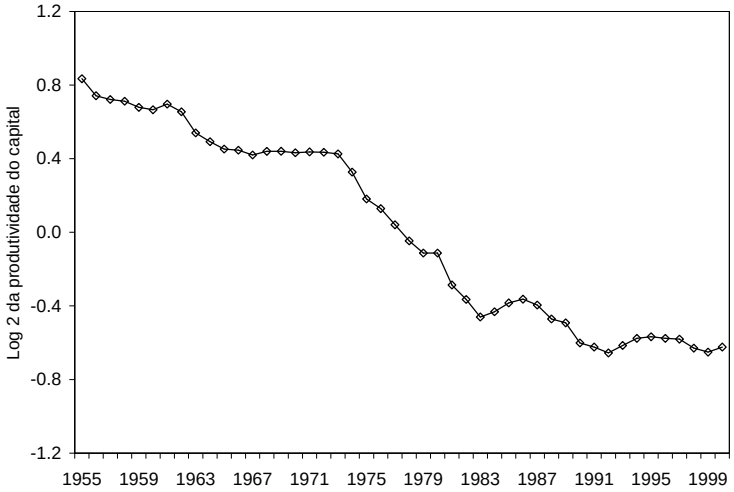
Assim, é interessante verificar que o padrão de progresso técnico na economia brasileira também apresenta três fases entre 1955 e 2000. A Figura 5 mostra três fases na evolução da produtividade do trabalho ao longo do período em estudo. Na primeira, entre 1955 e 1973, a produtividade do trabalho cresceu à taxa média anual de 4,3%. Na Segunda, verificada entre 1973 e 1992, ela expandiu-se a 1% ao ano. Na terceira, entre 1992 e 2000, houve um crescimento à taxa média anual de 2,3%. Estas taxas, refletem os movimentos do progresso técnico observados nos Estados Unidos, com uma defasagem temporal de seis a oito anos.

Figura 5: A produtividade do trabalho na economia brasileira apresentou três fases entre 1955 e 2000, (Fonte dos Dados: Marquetti, 2002).



A produtividade do capital, medida pela razão produto-capital, como pode ser observado na Figura 6, também apresenta as três fases de dinamismo do progresso técnico. Entre 1955 e 1973, ocorreu um reduzido declínio da produtividade do capital, seguido por uma queda acentuada que perdurou até o final dos anos 80. Na década de 90, a produtividade do capital permaneceu relativamente estável.

Figura 6: A evolução da produtividade do capital na economia brasileira apresentou três momentos entre 1955 e 2000, (Fonte dos Dados: Marquetti, 2002).



Portanto, as três fases de progresso técnico verificadas no Brasil reproduziram as ocorridas nos Estados Unidos com uma defasagem de aproximadamente seis a oito anos. Na terceira fase observam-se os efeitos da Nova Economia nos Estados Unidos e no Brasil. Contudo, enquanto nos Estados Unidos a produtividade do capital aumentou, no Brasil esta permaneceu relativamente constante ao longo dos anos 90. O comportamento da produtividade do capital, como será visto na próxima seção, possui efeito fundamental sobre a evolução da taxa de lucro.

A abertura comercial e a atração de investimento direto estrangeiro foram dois dos mecanismos centrais utilizados pelo Governo com o objetivo de modernizar e tornar a economia brasileira mais competitiva. Estes mecanismos são aspectos centrais da estrutura institucional neoliberal. Contudo, estes foram utilizados justamente quando os efeitos das mudanças técnicas associadas com a Nova Economia estavam para se fazer presentes no país, tendo em vista a defasagem de seis a oito anos em relação movimento tecnológico

observado nos Estados Unidos. Assim, é discutível a concepção de que a abertura comercial teve efeito fundamental no processo de retomada do dinamismo do progresso técnico do Brasil nos anos 90, pois os efeitos da Nova Economia já estavam para se fazer presentes no país.

5. Lucratividade, distribuição da renda e mudança institucional

A taxa de lucro possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento capitalista. A evolução da taxa de lucro é determinada pelo movimento da produtividade do capital e da distribuição funcional da renda.

A Figura 7 apresenta a evolução da parcela salarial entre 1955 e 2000. Esta tem-se mantido relativamente constante ao longo do período em estudo, pois os trabalhadores tiveram uma participação média na renda de 40,7%. Isto significa dizer que o salário médio cresceu a taxas similares às da produtividade do trabalho. Contudo, nos anos 90 houve uma forte queda da parcela salarial, uma vez que os aumentos da produtividade do trabalho não foram repassadas para o salário real médio. Como é observado na Figura 8, o salário médio real em 2000 é similar ao observado em 1987.

Figura 7: A evolução da parcela salarial na economia brasileira foi relativamente constante entre 1955 e 2000. Contudo, esta caiu rapidamente nos anos 90, (Fonte dos Dados: Marquetti, 2002).

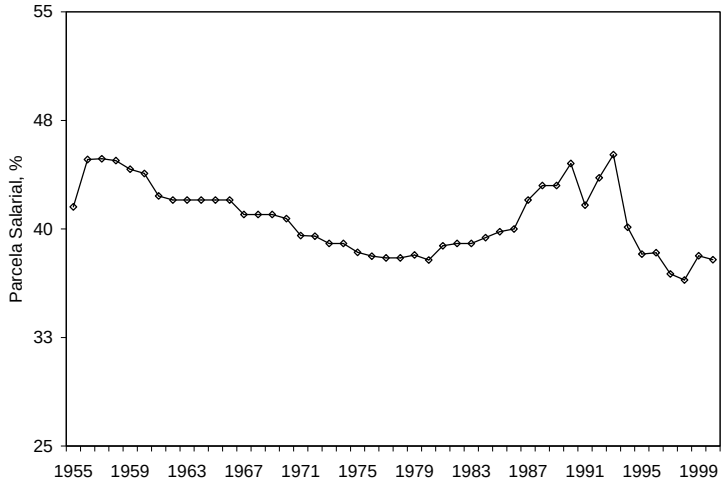
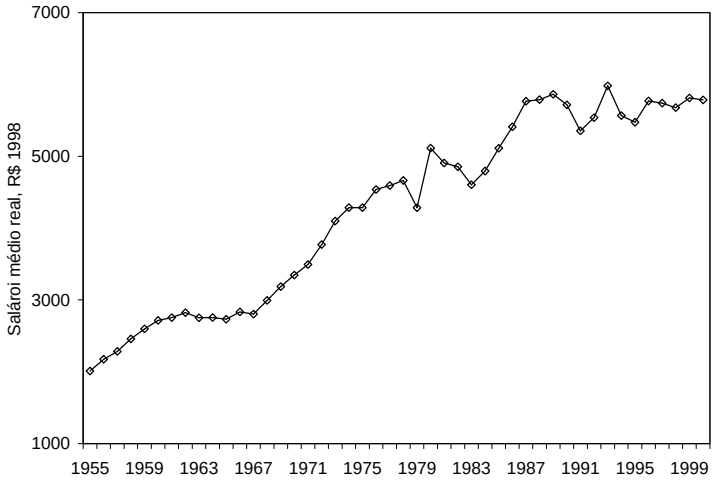


Figura 8: A evolução do salário médio real na economia brasileira entre 1955 e 2000. O salário médio real permaneceu constante desde a adoção da estrutura institucional neoliberal no início dos anos 90, (Fonte dos Dados: Marquetti, 2002).

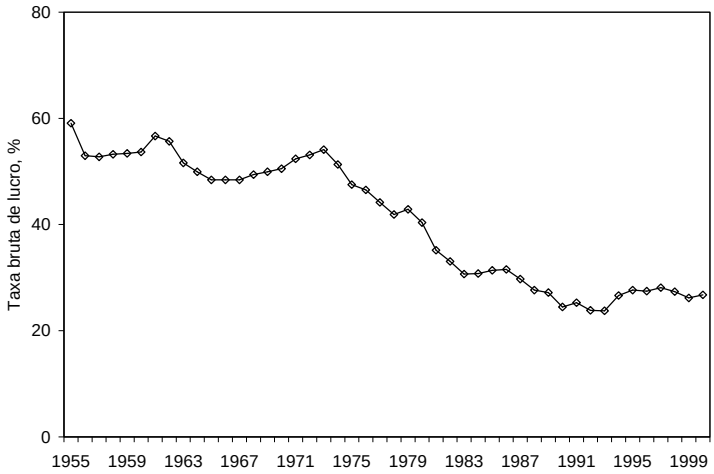


A Figura 9 mostra a evolução da taxa bruta de lucro, medida como a razão entre o lucro bruto e o estoque de capital fixo não residencial, na economia brasileira no período 1955-2000. O lucro bruto é medido pelo produto interno bruto menos a compensação total dos trabalhadores. A taxa bruta de lucro teve uma forte queda considerando o período como um todo, comportamento que está em conformidade com a análise marxiana da tendência declinante da taxa de lucro (Marquetti, 2002). Em parte, esta queda pode ser explicada pelo esforço de formação de capital observada na economia brasileira através da absorção de tecnologia intensiva em capital.

Todavia, é possível identificar três fases na evolução da taxa bruta de lucro. No período da Idade de Ouro houve uma pequena redução lucratividade. A partir de então, ocorreu uma queda da taxa bruta de lucro, que perdurou até o final da década de 80. Por sua vez, nos anos 90, ocorreu uma importante mudança na evolução da lucratividade, a taxa bruta de lucro inicialmente estabilizou-se e passou a apresentar um crescimento a partir de 1994.

A evolução da taxa bruta de lucro é determinada por dois fatores: a produtividade do capital e a distribuição funcional da renda. Assim, nos anos 90 a evolução da taxa de lucro é explicada pelos efeitos da Nova Economia que levaram a estabilização da produtividade do capital e pela adoção de uma estrutura institucional neoliberal que alterou a distribuição funcional da renda em favor dos lucros.

Figura 9: A evolução da taxa bruta de lucro na economia brasileira no período 1955-2000 apresenta três períodos: queda durante a idade de ouro, forte declínio no período de crise da idade de ouro e pequeno aumento nos anos 90, (Fonte dos Dados: Marquetti, 2002).



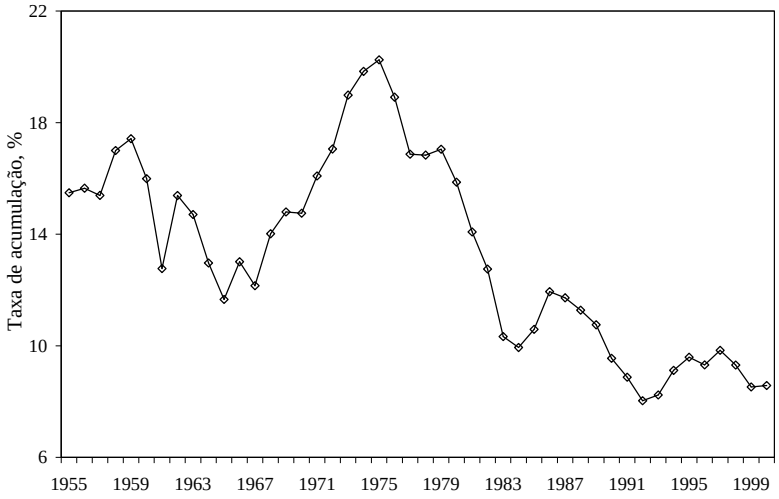
6. Alocação de recursos, acumulação de capital e mudança institucional

A acumulação de capital é regulada por dois fatores: a taxa de lucro e a taxa de investimento. Como foi visto acima, o movimento da taxa de lucro nos anos 90 foi determinado pela Nova Economia e pela adoção da estrutura institucional de caráter neoliberal. O resultado foi um leve aumento da taxa de lucro nos anos 90, o que poderia resultar em maior acumulação do capital e maior crescimento.

O outro determinante da acumulação é a taxa de investimento. A adoção da estrutura institucional neoliberal, ao contrário do que é dito por seus defensores, não resultou em um aumento sustentável da taxa líquida de investimento.

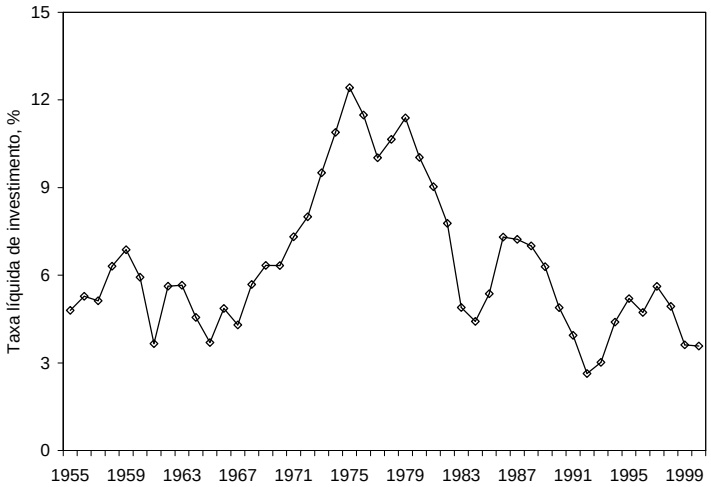
A Figura 10 apresenta a taxa de acumulação para a economia brasileira no período 1955-2000. Esta atingiu seu máximo em 1975, apresentando a partir deste ano, uma forte tendência de queda. A redução da taxa de acumulação entre 1975 e 1980 é explicada pela acentuada queda da taxa de lucro que se verificou após 1973. Em 1992 a taxa de acumulação atingiu o nível mais baixo da série, passando, a partir de então, a apresentar um pequeno crescimento. Este comportamento da taxa de acumulação reflete o movimento observado na taxa bruta de lucro nos anos 90.

Figura 10: A taxa de acumulação para a economia brasileira no período 1955-2000, (Fonte dos Dados: Marquetti, 2002).



A Figura 11 mostra a evolução da taxa líquida de investimento na economia brasileira no período 1955-2000. Esta teve no final dos anos 60 e na primeira metade dos anos 70 um rápido crescimento, atingindo seu maior nível histórico em 1975, durante a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, II PND. A taxa líquida de investimento permaneceu em patamares elevados até 1980, período em que ocorreu forte redução da lucratividade.

Figura 11: Evolução da taxa líquida de investimento na economia brasileira, 1955-2000, (Fonte dos Dados: Marquetti, 2002)

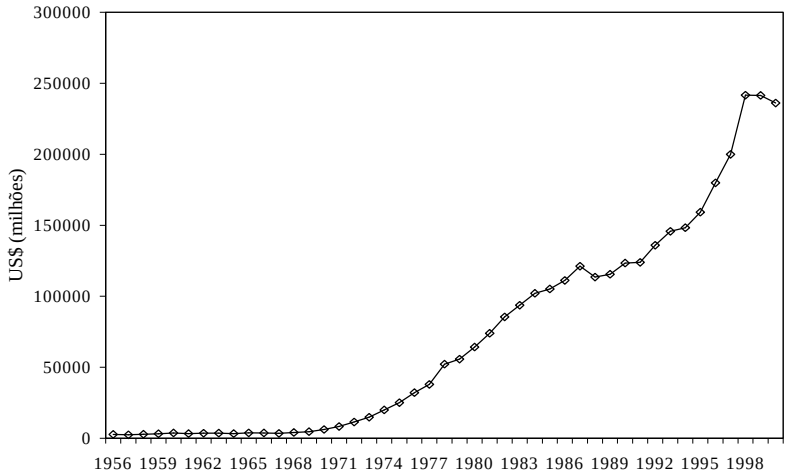


O elevado nível de investimento neste período é explicado pela estratégia adotada pelo Regime Militar frente à crise da Idade de Ouro, que fez a opção pela continuidade do crescimento econômico. Como é bem sabido, este *boom* de investimento foi liderado pelas empresas estatais aproveitando a liquidez do mercado financeiro internacional decorrente dos chamados petro-dólares. Como pode ser observado na Figura12, a contrapartida foi um expressivo aumento dívida externa e a rápida expansão da fragilidade financeira do país.

Por sua vez, o II PND não foi capaz de expandir rapidamente a produtividade do trabalho, enquanto que a eficiência do capital, medida por sua produtividade, reduziu-se rapidamente. Isto significa que a capacidade de criar riqueza nova para que o país se preparasse para fazer frente aos pagamentos futuros foi pouco expandida, situação que se agravaria em decorrência de possíveis choques externos negativos.

Ocorreu uma mudança do cenário internacional em 1979 com o segundo choque do petróleo e o aumento da taxa de juros reais internacional pelo banco central norte-americano. Além disso, neste ano Margaret Thatcher foi eleita na Inglaterra com uma plataforma política de cunho neoliberal, fato que prenunciava mudanças importantes no cenário político internacional.

Figura 12: Evolução da dívida externa brasileira no período 1956-2000, (Fonte dos Dados Brutos: Ipea, 2003).



A manutenção de elevadas taxas de juros reais no Capitalismo Neoliberal nos países desenvolvidos, como pode ser observado na Figura 13, teve um efeito muito perverso sobre a economia brasileira e os demais países devedores do Terceiro Mundo. Tendo elevado seu

endividamento externo como estratégia de crescimento, o aumento das taxas de juros internacionais causou uma expansão enorme do serviço da dívida e transferência de vultosos recursos para o exterior, ocasionando uma redução na taxa de investimento. Portanto, no início dos anos 80, a taxa de acumulação também passou a sofrer os efeitos negativos da redução da taxa de investimento.

Assim, as origens do baixo crescimento do país nos anos 80 possui uma faceta interna e uma externa. A interna reside na opção de continuidade de rápido crescimento econômico financiado por endividamento externo em um período de forte redução da taxa bruta de lucro que resultou no aumento da fragilidade externa do país. A queda da lucratividade deveu-se à redução da produtividade do capital, a qual é explicada pelo emprego de tecnologias maduras que exigem grande quantidade de recursos e pela escolha e execução equivocada de muitos dos projetos associados ao II PND. A faceta externa encontra-se na política de taxas de juros reais elevadas praticadas no capitalismo neoliberal.

A adoção da estrutura institucional neoliberal no começo dos anos 80 pelos países desenvolvidos teve um efeito nefasto sobre o crescimento do Brasil durante a década de 80. A capacidade de investimento do país foi restringida pelos pagamentos externos. Este representa o primeiro abalo que a economia brasileira sofreu no Capitalismo Neoliberal.

Figura 13: Evolução da taxa de juro real nos Estados Unidos, 1955-2000, (Fonte dos Dados Brutos: Ipea, 2003).

Nos anos 90, quando o Brasil poderia crescer a taxas maiores, beneficiando-se com os ganhos tecnológicos associados à Nova Economia, o país adotou a estrutura institucional neoliberal. O país colocou em prática um novo modelo de inserção na economia mundial. Este se caracterizou por um processo de liberação comercial e financeira, com uma maior internacionalização que resultou em um enorme aumento da vulnerabilidade externa.

A liberação comercial iniciada ainda nos anos 80 marcaria, segundo seus defensores, uma nova forma de crescimento com o abandono definitivo do crescimento para dentro, próprio do período de substituição de importações. A liberação financeira iniciada em 1992 teve como efeito a expansão das reservas internacionais, a qual propiciou o lançamento do Plano Real em 1994. Com a sobrevalorização do real, ocorreu um novo aumento da dívida externa, que passou de US$ 146 bilhões em 1993 para 242 bilhões em 1998. Nos anos 90 também houve uma forte expansão do investimento estrangeiro direto com a aquisição de empresas públicas e privadas.

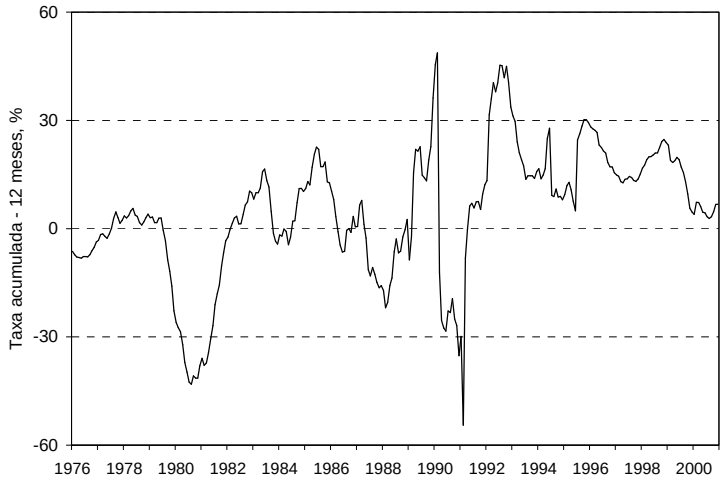
Como resultado, nos próximos anos o país deverá remeter para o exterior cerca de 4 a 5% do PIB. O pagamento de juros representará cerca de 2 a 3% do PIB ao ano. A remessa de lucros atingirá cerca de 2% do PIB. Nestes valores não está computado o pagamento das amortizações da dívida. A necessidade de financiamento externo em termos de porcentagem do PIB é superior à dos anos 80, a chamada Década Perdida.

No plano interno houve a tentativa de desregulamentação dos mercados, entre os quais o de trabalho, e uma política de privatização das empresas estatais com o objetivo de reduzir a participação do Estado na economia. A sobrevalorização da moeda nacional e a abertura comercial propiciaram um rápido aumento das importações, o que levou à eliminação das empresas de maior custo e baixa lucratividade e o concomitante aumento da taxa de desemprego. Isso propiciou uma enorme transferência de renda dos trabalhadores para as demais classes sociais. Com efeito, entre 1993 e 2000 a parcela salarial caiu de 45% para 38%.

Outro aspecto das políticas neoliberais, a qual é de grande relevância para a atração de recursos externos, é o aumento da taxa de juro real. Com a liberalização da conta de capital em 1992 ocorreu um aumento da taxa de juro real no país, como pode ser observado na Figura 14. Este fato ocorreu em todos os países que adotaram uma estrutura institucional

neoliberal, sendo que o capital financeiro foi beneficiado em detrimento do capital industrial.

Gráfico14: Evolução da taxa de juro real no Brasil, 1976-2000, (taxa selic, Fonte dos Dados Brutos: Ipea, 2003).



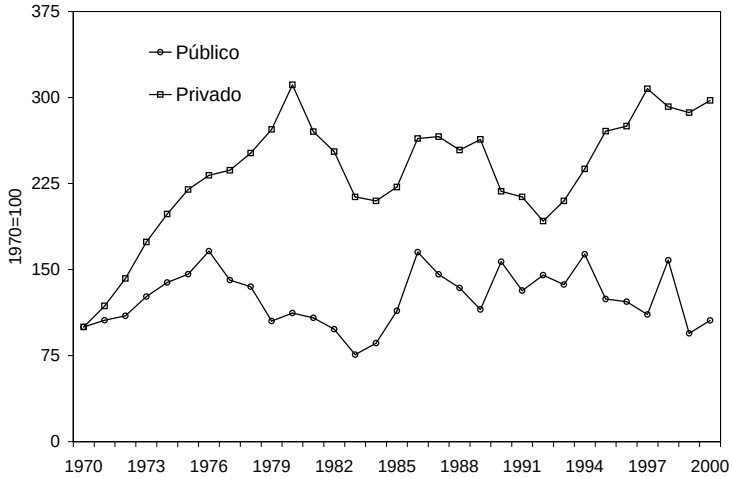
Por fim, associa-se aos fatores acima a redução das funções do Estado na economia. Diversas funções realizadas pelo Estado durante o período da substituição das importações cabem agora ao mercado. O objetivo é propiciar a maior liberdade possível ao capital para este obter lucro. Entre as tarefas delegadas ao setor privado ou que este deve assumir a posição de liderança estão a realização dos investimentos. Em particular, os investimento públicos deveriam ser substituídos pelos investimento do setor privado. Conforme mostra o Gráfico 15, a redução dos investimento por parte do Estado brasileiro é outro fator fundamental que impediu uma maior retomada da taxa de acumulação a partir de 1994.

Assim, com a adoção de uma estrutura institucional neoliberal nos anos 90, o Brasil sofreu o segundo abalo no capitalismo neoliberal, reduzindo as possibilidades da retomado do crescimento. De grande efeito sobre o crescimento futuro está o aumento da vulnerabilidade externa do país com a forte expansão do passivo externo líquido. Isso reduzirá as condições de aumentar significativamente a taxa de investimento.

Portanto, o Brasil sofreu os efeitos do Capitalismo Neoliberalismo em dois momentos, com enormes conseqüências negativas em termos de crescimento econômico. Em 1980, verificou-se o primeiro abalo com a adoção do neoliberalimo nos países

desenvolvidos. Nos anos 90, ocorreu o segundo abalo quando adotou a estrutura institucional neoliberal.

Gráfico15: Evolução do investimento privado e público no Brasil, 1970-2000, (Fonte dos Dados Brutos: Ipea, 2003).



7. Conclusão

O presente artigo discutiu o progresso técnico, a distribuição de renda e as mudanças institucionais do Brasil no Capitalismo Neoliberal. Entendido como a fase de desenvolvimento capitalista iniciada em 1980 nos países capitalistas avançados, em especial, nos Estados Unidos (Duménil e Lévy, 2003), ele perdura até o presente.

Para entender o desempenho econômico do Brasil no Capitalismo Neoliberal, é necessário compreender os elementos básicos que configuraram a Idade de Ouro do desenvolvimento capitalista, que abrange o período pós Segunda Guerra Mundial até 1973, e sua crise entre 1973 e 1980, bem como as respostas dadas a esta nos países desenvolvidos e no Brasil. É importante frisar que, de maneira similar aos Estados Unidos, três padrões de progresso técnico são observados no Brasil no período em estudo. Há uma defasagem de seis a oitos anos em relação as mudanças técnicas observadas naquele país.

A resposta brasileira à crise da idade do ouro condicionou negativamente o desempenho econômico do país nos anos 80. O II Plano Nacional de Desenvolvimento provocou um enorme aumento do endividamento externo, ao mesmo tempo em que houve

reduzida expansão na capacidade de pagar os compromissos externos. A taxa de crescimento da produtividade caiu e a taxa bruta de lucro declinou rapidamente entre 1973 e 1980, reduzindo a taxa de acumulação. A elevada vulnerabilidade externa foi agravada pelo choque dos juros reais em 1979 e a manutenção de elevadas taxas de juros reais no Capitalismo Neoliberal. O resultado foi a crise da dívida que provocou a redução dos investimentos e nova queda da taxa de acumulação.

Por sua vez, nos anos 90 quando os efeitos positivos da Nova Economia se fizeram sentir, o Brasil adotou uma estrutura institucional de influência neoliberal. Houve uma transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas, o que ocasionou uma pequena expansão da taxa bruta de lucro. Por sua vez, as mudanças institucionais provocaram o aumento da taxa real de juros, a redução dos investimentos públicos, bem como, uma nova expansão do endividamento externo com rápido crescimento do passivo externo líquido.

Apesar das melhorias das condições tecnológicas, as mudanças institucionais foram incapazes de propiciar um aumento da taxa de investimento. A acumulação de capital permaneceu em níveis similares aos observados nos anos 80. Mesmo com maior dinamismo tecnológico decorrente da Nova Economia, o país continuou a apresentar reduzidas taxas de crescimento na década de 90.

Assim, o Brasil sofreu os efeitos do Capitalismo Neoliberal em 1980 com a adoção do neoliberalimo nos países desenvolvidos e, nos anos 90, com a adoção da estrutura institucional neoliberal. Nos dois momentos ocorreu o aumento da vulnerabilidade externa e da transferência de recursos com a concomitante redução da taxa de investimento, ocasionando importantes restrições ao desenvolvimento futuro do país.

8. Referências bibliográficas

Duménil, Gérard e Lévy, Dominique. 2000. Sortie de crise, manaces de crises et nouveau capitalisme. In: Chesnais, F., Duménil, G., Lévy, D. e Wallerstein, I (eds.). *Une nouvelle phase du capitalisme?* Paris: Syllepse.

Duménil, Gérard e Lévy, Dominique. 2003. *Économie marxiste du capitalisme*. Paris: La Découverte.

IPEA. 2003. *Ipeadata: base de dados macroeconômicos*. IPEA. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br. Acesso em 10/02/2003.

Mandel, Ernest. 1985. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultura.

Marquetti, Adalmir. 2002. Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998. *Estudos Econômicos*, v. 32, n. 1, p. 103-124.

OECD. 2002. *Historical Statistics*. Statistics Directorate. Paris.

University of Groningen and the Conference Board. 2003. GGDC Total Economy Database. Disponível em: http://www.eco.rug.nl/ggdc. Acesso em 20/01/2003.

View publication stats